

O papel de Salim Miguel como livreiro e os reflexos desse período com o golpe de 1964

Salim Miguel's role as a bookseller and the reflections of this period with the coup of 1964

Lúcia Tormin Mollo¹ 

¹ Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil

RESUMO

Este artigo aborda o papel de Salim Miguel como livreiro à frente da livraria Anita Garibaldi, e a sua relevância como um “produtor” do sistema literário (EVEN-ZOHAR) que atuou contra a ditadura militar (1964-1985). Junto com o sócio, Miguel abriu o negócio em 1953, em Florianópolis (SC). Com o tempo, o local passou a ser conhecido como “livraria do Salim”. Quando veio o golpe de 1964, pessoas da sociedade civil invadiram a livraria e fizeram uma fogueira com os livros na praça XV de Novembro. Na época, Salim Miguel já não era mais um dos donos. Entretanto, seu nome continuava como referência e os militares acreditavam que ele ainda influenciava na escolha das obras. Miguel foi preso e torturado psicologicamente.

Palavras-chave: Livraria; Sistema literário; Campo literário; Salim Miguel

ABSTRACT

This article discusses Salim Miguel's role as a bookseller at Anita Garibaldi bookstore, and its relevance as a “producer” of the literary system (EVEN-ZOHAR), that acted against the military dictatorship (1964-1985). Along with his partner, Miguel opened the business in 1953, in Florianópolis (SC). Over time, the place became known as “Salim's bookstore”. When the 1964 coup came, people from civil society invaded the bookstore and made a bonfire with the books in XV de Novembro square. At the time, Salim Miguel was no longer one of the owners. However, his name was still a reference and the military believed that he still influenced the choice of books. Miguel was arrested and psychologically tortured.

Keywords: Bookstore; Literary system; Literary field; Salim Miguel

INTRODUÇÃO

Salim Miguel foi um escritor renomado, reconhecido pela crítica catarinense e nacional. Publicou 33 livros e ganhou diversos prêmios; entre eles o Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras, em 2009, pelo conjunto de sua obra. Entre tantos papéis exercidos por ele – ficcionista, cronista, editor, roteirista – o de livreiro é pouco conhecido. Foi bem no início da carreira profissional dele e por um período relativamente breve de seis anos. Entretanto, é justamente a partir desse recorte que penso o presente trabalho.

Investigo a relevância da figura do livreiro dentro de um campo literário submetido a um regime ditatorial; e como ele atua como fator de resistência e enfrentamento dentro desse contexto. Tal análise é feita sob a perspectiva de sistema literário do sociólogo israelense Itamar Even-Zohar (1990). Para o autor, a riqueza da literatura está também em fatores que extrapolam o texto literário. Ele valoriza a literatura na sua relação com outros sistemas, como o econômico, o político e o social; e na interação entre o autor e o leitor e os outros agentes do campo. A partir disso, é possível incluir na discussão de campo literário, o espaço das livrarias e a figura dos livreiros. Neste trabalho, a livraria Anita Garibaldi e o livreiro Salim Miguel.

Apesar de ter sido fechada logo após o golpe de 1964, a livraria catarinense resistiu de outra forma, mantendo-se viva na história da cidade e na memória dos seus frequentadores. Já Salim Miguel circulou por diversas áreas do campo cultural catarinense e brasileiro, e se tornou uma referência de resistência à ditadura militar.

A LIVRARIA INSPIRADA EM UMA REVOLUCIONÁRIA

Inicialmente, trago um pouco da história da livraria Anita Garibaldi¹ para que seja possível entender o contexto em que “nasce” o livreiro Salim Miguel. Primeiro, em 1953, Salim e seu sócio Armando Carreirão, montaram uma banca de jornais e revistas. Ficava

¹ O nome é uma referência à revolucionária conhecida sua participação na Revolta dos Farrapos, conflito que durou entre 1835 e 1845, no sul do país.

dentro do Café Rio Branco, um movimentado ponto de encontro de intelectuais, no centro da cidade. Depois de cerca de dois anos, a banca virou a livraria Anita Garibaldi, na Praça XV de Novembro, entre as ruas Felipe Schmidt e Conselheiro Mafra², próxima à Catedral Metropolitana e ao Palácio do Governo. Sabe-se ainda que era uma região onde encontravam-se os “principais redutos de cafés” da cidade, com a presença de intelectuais e políticos (Matos; Cunha, 2018, p. 82). À época, pelo menos mais uma livraria estava instalada na região, a livraria Catarinense. Era também o endereço da sede do Partido Comunista Brasileiro, até o ano de 1965, quando foi extinto pelo AI-2.

Em relação ao espaço físico, o escritor Silveira de Souza lembra que era pequeno, no formato de um retângulo: “Pouco mais de meia dúzia de passos nos levavam à parede do fundo. Uma única porta para entrada e saída. Havia o pequeno balcão quase rente a uma parede lateral, onde ficava sentado numa banqueta o único funcionário atendente da casa, José Furstenberg, o Pulga” (Matos; Cunha, 2018, p. 24).

Eglê Malheiros, esposa de Salim, explica que os clientes tinham acesso a novidades que não encontravam em outras livrarias de Florianópolis: “Eram, sobretudo, livros ‘de esquerda’, alguns ligados ao Partido Comunista, obras importadas de editoras da Argentina, edições da Fondo de Cultura Económica do México, de editoras francesas e espanholas” (Miguel; Malheiros, 2002, p. 60).

O papel de figuras como Salim Miguel era fundamental naquele período para a formação de um campo literário no estado. Segundo Laurence Hallewell (2005), em 1960, Santa Catarina era “uma ilha solitária no panorama da cultura brasileira”, onde a publicação de um livro era um evento que ocorre apenas “esporadicamente, com largos intervalos e quase despercebido do grande público” (Hallewell, 2005, p. 619).

Salim Miguel e o sócio Armando Carreirão entregaram a livraria para outra pessoa, em 1959, por questões financeiras. Apesar da mudança, o local continuou sendo chamado de “livraria do Salim” por anos. O que nos leva à história de como ela chegou ao fim.

² Matos e Cunha (2018) afirmam que essa data é uma aproximação levando em conta que na n. 25 da revista Sul, lançada em 1955, aparece o primeiro anúncio da livraria citando o novo endereço.

SEM TEMPO PARA RESISTIR

O incêndio virou notícia na capa do jornal *A Gazeta*, do dia 5 de abril de 1964, dois dias após o acontecimento: “Populares incendeiam livros marxistas na livraria Anita Garibaldi”. O texto afirmava que “o povo florianopolitano deu provas sobejas de sua fibra democrática, extinguindo um foco pernicioso que há anos se instala no coração de nossa Cidade” (Matos; Cunha, 2018, p. 315). O impresso apoiou o golpe militar apesar de ter, na capa, abaixo do seu nome a frase: “Jornal sem quaisquer ligações partidárias”.

Figura 1 – Capa de *A Gazeta* com a notícia sobre a queima dos livros da livraria Anita Garibaldi



Fonte: Matos e Cunha (2018)

Com o golpe civil-militar, a livraria Anita Garibaldi fechou as portas. O que, em um primeiro momento, poderia ser temporário tornou-se definitivo quando, no dia 3 de abril, um grupo com cerca de vinte pessoas arrombou a porta, pegou os livros e os incinerou na Praça XV de Novembro. O espaço ainda era conhecido como a “livraria do Salim”, mesmo cinco anos depois de ele ter entregue o ponto. Salim Miguel era

considerado comunista – como veremos mais a frente –, portanto, a livraria que “levava” seu nome também era. Soma-se ainda o fato de que, à época, o dono era Fernando Pereira Cristino, secretário-geral do Partido Comunista em Santa Catarina. Por esses fatores, entre outros, a Anita Garibaldi virou um alvo de civis e de agentes do Estado.

Os responsáveis pelas ações daquele dia eram ligados ao Círculo Operário de Florianópolis, entidade relacionada com a igreja católica, e políticos ligados ao Partido Democrata Cristão; e estariam agindo sob a influência do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) (Matos; Cunha, 2018, p. 318). De acordo com o relatório final da Comissão Memória e Verdade da Universidade Federal de Santa Catarina, publicado em abril de 2018, os professores Luiz Carlos Gaioto e Nereu do Vale Pereira participaram da incineração. Segundo o próprio Pereira: “quando havia algo que eu pudesse contribuir para derrotar os comunistas eu estava junto, sem dúvida (UFSC, 2018, p. 54).”³

Para Salim Miguel, “o projeto já devia há muito estar latente, à espera do momento propício para eclodir, previamente combinado entre os que agora se curvam reverentes diante da pira sagrada, ajudando a alimentá-la (Miguel, 2015, p. 50).”

O ato de incinerar livros é simbólico, uma prática antiga e carregada de significado. Segundo Alberto Manguel, “a história da leitura está iluminada por uma fileira interminável de fogueiras de censores, dos primeiros rolos de papiro aos livros de nossa época”, desde 411 a.C., em Atenas, com as obras de Protágoras, até as montanhas com milhares de livros durante o nazismo alemão (Manguel, 1997, p. 315). Dessa forma, de acordo com Manguel, os que estão no poder acreditam que podem apagar o passado; e querem ainda impedir que as pessoas tenham acesso ao conhecimento.

O fogo é usado para destruir não só objetos, mas também corpos, pois ele é a ilustração da imagem do Inferno, a expressão do conflito entre o Bem e o Mal (Carneiro, 2002, p. 27). Maria Luiza Tucci Carneiro lembra do episódio em que centenas de livros

³ Nereu Pereira deu entrevista ao jornal ND, publicado no dia 4 de junho de 2023, em que reitera a sua participação no incêndio: “Comecei o discurso, para criar o ambiente, e um colega nosso, ex-comunista, deu início ao incêndio dos livros. São embates políticos e ideológicos que deixam marcas, mas que não duram a vida toda. No entanto, eu faria tudo de novo.” Disponível em: <https://encr.pw/oAVtD>

foram queimados, em 19 de novembro de 1937, em frente à Escola de Aprendizes de Marinheiros, por ordem do Interventor interino da Bahia “sob acusação de propagarem o credo vermelho”. Em sua maioria, obras de Jorge Amado e José Lins do Rego. Tais obras tinham sido apreendidas das livrarias Editora Bahiana, Catalina e Souza. Anos depois, durante a ditadura militar de 1964, os agentes da censura se diziam atuar em nome da justiça, da ordem e da segurança nacional, e condenavam qualquer menção a mudanças sociais. As pessoas que se posicionavam contrárias ao regime vigente eram consideradas, pelos relatórios de investigação do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), “hereges”, “hereges da leitura”, “malditos”, “bandidos”⁴.

Salim Miguel só soube do incêndio na Praça XV de Novembro quando estava preso. A sua prisão fazia parte da Operação Limpeza, uma das primeiras medidas repressivas da ditadura militar para eliminar os focos de oposição ao regime. No dia 2 de abril, o escritor estava no café Ponto Chic quando foi abordado: “O comissário se aproximou e disse: ‘– Estás preso!’. Eu fiquei surpreso e julguei que fosse brincadeira”, contou Salim Miguel (Guerra; Blass, 2009, p. 53). Ele foi levado para o Quartel do Comando Geral da Polícia Militar, de onde saiu 48 dias depois. Com ele, estavam 55 pessoas apontadas como subversivas ou comunistas. Eglê Malheiros ficou proibida de lecionar e dias depois também foi presa. Após ser solta, ficou em prisão domiciliar (Miguel, 2015).

Durante esse período, Salim Miguel sofreu tortura psicológica e ameaças de morte. Em um determinado momento, foi abordado pelo secretário de Segurança Jade Magalhães. Ele insistia que o escritor ainda mantinha vínculos com a livraria Anita Garibaldi: “passou ela adiante, mas a orientação intelectual continuou sendo sua. Não saía de lá, indicava os livros que deviam ser encomendados. Por que a vendeu?”. Após negativas de Miguel, o político rebatia: “Todos na cidade sabiam que a livraria era um foco de agitação, ponto de encontro de comunistas e simpatizantes do credo

⁴ Houve ações violentas que incluíam confiscos às livrarias, editoras e bibliotecas, às vezes, atitudes mais drásticas como a explosão de uma bomba na Livraria Civilização Brasileira em 1968, no Rio de Janeiro. Ênio Silveira afirmou que livreiros em todo o país eram intimidados a não venderem obras da editora Civilização Brasileira porque “implicava em tomada de posição política e em riscos” (Vieira, 1998, p.103).

vermelho, antro onde se reuniam para traçar planos e tramar, que a totalidade dos livros era comunista ou comunizante (Miguel, 2015, p. 94).”

Enquanto livreiro, Salim Miguel vendeu obras com viés marxista e simpatizava com pensadores de esquerda, mas não foi filiado ao Partido Comunista. Entretanto, todo o contexto o apontava como alvo dos militares, incluindo o que Even-Zohar coloca como “repertório”: “o agregado de leis e elementos que governam a produção de textos” (Even-Zohar, 1990, p. 17). O repertório da livraria estava diretamente atrelado à figura de Salim Miguel. Com base em documentos oficiais do SNI, Miguel era retratado como “parte da relação dos 50 comunistas mais atuantes em Santa Catarina”; alguém que “participou de atividades subversivas”; um “comunista atuante através de artigos publicados na imprensa”. Em outro documento do órgão, de 17 de abril de 1969, consta que Salim Miguel “é orientado por sua esposa Eglê Malheiros, comunista e muito inteligente”.⁵

Por causa da perseguição dos militares, ele e a família tiveram que se mudar para o Rio de Janeiro por alguns anos até poderem voltar à capital catarinense.

O PRODUTOR-LIVREIRO

Even-Zohar pensa o sistema literário a partir de seis categorias: repertório, produtor, consumidor, produto, mercado e instituição. O esquema do sociólogo é basicamente o seguinte:

[...] um CONSUMIDOR pode “consumir” um PRODUTO produzido por um PRODUTOR, mas para o “produto” ser gerado (o “texto”, por exemplo), deve existir um REPERTÓRIO comum, cuja possibilidade de uso está determinada por uma certa INSTITUIÇÃO. E deve existir também um MERCADO no qual ele possa ser transmitido (Even-Zohar, 1990, p. 34)⁶.

A escolha do termo “produtor”, e não “escritor”, é feita por Even-Zohar tendo em vista que o “produto” não é somente o texto literário. Para ele, o “produtor” é parte

⁵ Documento disponível no site do Arquivo Nacional, com código de referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_82003122. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>. Ao contrário do marido, Eglê Malheiros era filiada ao PCB.

⁶ Esquema inspirado na teoria da comunicação proposta pelo linguista Roman Jakobson (1896-1982).

de grupos ou comunidades sociais, de pessoas envolvidas na produção, organizadas de diferentes formas e, que, além de textos, produzem fatos e atividades literárias. Esse agente pode ser um escritor, um livreiro, um crítico, um editor, um professor universitário. Pluralidade percebida na figura de Salim Miguel.

Corroborando essa linha de pensamento, Carmem Villarino Pardo (2000) afirma que pensar o “produtor” apenas como “escritor” é associação “excessivamente reducionista”. Para ela, a proposta de Even-Zohar abre espaço para estudar “textos não-canonizados, de autores que em determinados momentos (especialmente quando entram no campo literário) ocupam posições periféricas dentro do sistema, mas também para os factores que possibilitam a mudança dessas posições” (Villarino Pardo, 2000, p. 13). Sendo assim, pode-se entender que a criação não está descolada das suas condições de produção. É também trabalho do teórico e crítico literário entender todos esses agentes, o papel deles e como que eles proporcionam uma determinada atmosfera que permite a criação de obras.

Percebe-se, portanto, a importância de olhar para os espaços por onde esses autores e livros circulam, como é o caso das livrarias; assim como para os agentes envolvidos que não participam do processo criativo, como os livreiros. Marisa Lajolo evoca a possibilidade do constante desenvolvimento da noção de sistema literário já que, segundo a autora, se trata de um processo formativo. Afinal, é um processo que, com o passar do tempo, torna-se mais complexo “à medida que a produção do suporte tradicional da literatura – o livro – vai se tornando objeto de pactos sociais cada vez mais complexos, por envolverem cada vez um maior número de profissionais, do qual se demandam competências distintas” (Lajolo, 2003, p. 63).

LIVREIROS E OS REGIMES AUTORITÁRIOS

Apesar de pouco lembrados, os livreiros estiveram em posições estratégicas e, muitas das vezes, tomando atitudes importantes para o movimento de resistência nos períodos de governos ditatoriais no Brasil. Livros foram vendidos escondidos – por

debaixo do balcão ou com capas trocadas, por exemplo. Para Sandra Reimão, além dos atos de resistência por parte de grandes escritores, intelectuais e editores, havia aqueles “protagonizados por uma legião de anônimos – pequenos e médios editores, impressores e livreiros que, no limite de seus campos de ação, atuaram com dignidade e em prol da liberdade” (Reimão, 2014. p. 88).

Com as publicações dos primeiros Atos Institucionais, intelectuais, artistas, professores universitários, editoras e livrarias viraram alvos. Documentos do DEOPS/SP demonstram, de acordo com Carneiro, que, apesar de sempre terem estado na mira da polícia política, agentes como editores, intelectuais e livreiros envolvidos na ação revolucionária mantinham redes complexas de comunicação por meio de grupos clandestinos: “Constatamos que, em vários momentos, a censura e os repressores eram burlados, configurando uma sistemática frente de resistência” (Carneiro, 2002, p. 84). Percebe-se, portanto, a importância de se pensar a figura do livreiro, esse agente do campo literário e sua atuação como fator de resistência à ditadura militar. As livrarias, graças a seus livreiros, tornaram-se, instrumentos de democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordei, neste trabalho, um caso, entre tantos semelhantes que aconteceram no Brasil e no mundo. Um Estado autoritário contra uma minoria, contra um espaço de resistência, contra a defesa da democracia. Sempre, em algum nível, com o uso de violência. Nesta discussão, a livraria é um espaço de resistência. Ao mesmo tempo em que a sua força está em um repertório de ideias que ultrapassam o espaço físico – ideias que perpassam o tempo e que marcam a história de uma região –, sua vulnerabilidade reside no fato de que isso tudo parte de algo concreto e palpável que são os livros. Tudo passível de destruição pelo fogo e pela ignorância de quem o ordena. Afinal, como afirma George Steiner, os livros “têm sua própria história, como todas as outras construções humanas, na qual começos implicam a possibilidade e a eventualidade de um encerramento” (Steiner, 2017, p. 37).

No clássico texto “O direito à literatura”, Antonio Candido afirma que “não há povo e não há homem que possa viver sem ela (literatura), isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação” (Candido, 1988, p. 176). Sendo assim, a literatura “é uma necessidade universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito” (Candido, 1988, p. 177). Na luta para tentar alcançar esse direito, figuras como Salim Miguel foram imprescindíveis.

Como livreiro à frente da Anita Garibaldi, Miguel ficou por seis anos. Foi o início de uma vida profissional e intelectual cercada por livros e que deixou marcas importantes em sua trajetória. Em 1948, junto a um grupo de jovens escritores, fundou o Grupo Sul, que representou o movimento modernista em Santa Catarina e que durou dez anos. Foi nesse período que produziu a revista *Sul* (1948-1958). Salim Miguel foi ainda editor da *Ficção* (1976-1979), dirigiu a editora da Universidade Federal de Santa Catarina e a Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes.

As publicações próprias começaram na década de 1950. Foi uma vida dedicada à escrita de contos, romances, crônicas e depoimentos. Entre tantos, a temática da ditadura militar se fez presente em alguns textos como, por exemplo, nas obras *A voz submersa* (1985) e *Primeiro de abril: narrativas da cadeia* (1994); e na crônica *Seqüelas de uma prisão* (1998).

Como foi mostrado, Miguel ocupou um espaço relevante no campo cultural de Santa Catarina e do Brasil. Foi um agente literário que transitou por espaços diferentes dentro do campo. É possível afirmar, a partir do caso de Salim Miguel, que a figura do livreiro e o espaço da livraria – cada vez menos valorizados nos tempos atuais – foram fatores importantes no movimento cultural de resistência e confronto ao autoritarismo do regime militar e na busca de uma sociedade crítica e mais igualitária. A livraria Anita Garibaldi teve seus livros levados ao limite do fogo, com todos os significados que tal ato carrega. E como resistir se o espaço já não existe mais? A sua presença durante os 21 anos seguintes não foi física, mas foi real. Antes daquele primeiro de abril, a livraria já tinha conquistado seus frequentadores mais fiéis e ocupado seu espaço em Florianópolis.

REFERÊNCIAS

- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, p. 171-193, 2011.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, ideias malditas**: o DEOPS e as minorias silenciadas. São Paulo: Ateliê Editorial/ PROIN Fapesp, 2002.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. Introduction [to *Polysystem Studies*] e Polysystem Theory. *Polysystem Studies*. **Poetics Today**, v.11, n.1, p. 9-26,1990.
- GUERRA, Rogério F.; BLASS, Arno. Grupo Sul e a Revolução Modernista em Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 43, n. 1, p. 9-95, abr. 2009.
- HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2005.
- LAJOLO, Marisa. A leitura da formação da literatura brasileira de Antonio Candido. In: SERNA, Jorge Ruedas de la (Org.). **História e literatura**: homenagem a Antonio Candido. Campinas, SP: EdUnicamp/ Fundação Memorial da América Latina: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- MACHADO, Ubiratan. **Pequeno guia histórico das livrarias brasileiras**. São Paulo: Ateliê, 2008.
- MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MATOS, Felipe; CUNHA, Maria Teresa Santos. Entre chamuscas e labaredas: histórias de fogueiras de impressos em Florianópolis no século XX. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 25, n. 48, p. 299-326, dez. 2018.
- MIGUEL, Salim. **Primeiro de abril**: narrativas da cadeia. Palhoça: EdUnisul, 2015.
- MIGUEL, Salim; MALHEIROS, Eglê. **Memória de editor**. Florianópolis: Escritório do Livro, 2002.
- REIMÃO, Sandra. Proíbo a publicação e circulação... censura a livros na ditadura militar. **Estudos Avançados**, v. 28, n. 80, p. 75-90, 2014.
- STEINER, George. **Aqueles que queimam livros**. Belo Horizonte: Âyiné. 2017.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Relatório Final da Comissão Memória e Verdade da Universidade Federal de Santa Catarina**. V. 1, Santa Catarina, 2018.
- VIEIRA, Luiz Renato. **Consagrados e malditos**: os intelectuais e a editora Civilização Brasileira. Brasília: Thesaurus, 1998.
- VILLARINO PARDO, M. C. **Aproximação à obra de Nélida Piñon**: a república dos sonhos. Tese de Doutorado. Universidade de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela, 2000.

Contribuições de autoria

1 - Lúcia Tormin Mollo

Universidade de Brasília, Doutora em Literatura

<https://orcid.org/0000-0002-8955-3642> • ltorminmollo@gmail.com

Contribuição: Autora.

Como citar este artigo

MOLLO, L. T. O papel de Salim Miguel como livreiro e os reflexos desse período com o golpe de 1964. **Literatura e Autoritarismo**, Santa Maria, n. 43, p. e84130, 2024. DOI: 10.5902/1679849X84130. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/84130>. Acesso em: dia mês abreviado ano.